

Incentivos Institucionais Internos e Externos para Internacionalização da Pesquisa em Administração da Informação

Eduardo Henrique Diniz (FGV-EAESP, Brasil)- eduardo.diniz@fgv.br

Henrique Pontes G. Oliveira (FGV-EAESP, Brasil) - henrique.pontes@uol.com.br

José Eduardo Ricciardi Favaretto (FGV-EAESP, Brasil) - jose@favaretto.net

Débora Richter Brólio (FIAP-SP, Brasil) - debora.richter@gmail.com

XLII Congresso do EnANPAD (Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração) - de 03 a 06 de Outubro de 2018 - Curitiba/PR - Brasil

Divisão Acadêmica de ADI (Administração de Sistemas de Informação)

Como citar esse artigo (norma APA):

Diniz, E. H., Oliveira, H. P. G., Favaretto, J. E. R., & Brolio, D. R. (2018). Incentivos Institucionais Internos e Externos para Internacionalização da Pesquisa em Administração da Informação. *In: XLII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD*, outubro, 2018, Curitiba, PR. EnANPAD, 2018.

Incentivos Institucionais Internos e Externos para Internacionalização da Pesquisa em Administração da Informação

Resumo

Este artigo avalia a internacionalização do campo de Administração da Informação (ADI) a partir dos incentivos institucionais que influenciam o comportamento individual dos pesquisadores. Com base na análise de mecanismos de incentivo existentes em 13 instituições de ensino e pesquisa, das orientações de algumas das principais instituições certificadoras e de apoio à pesquisa e de 25 entrevistas com coordenadores de programas de pós-graduação e pesquisadores de destaque na área, este artigo articula duas dimensões – Incentivos Institucionais Internos e Externos – que influenciam o comportamento individual dos pesquisadores nas suas iniciativas de internacionalização. A partir desta análise, foi possível avaliar criticamente os mecanismos de incentivo da pesquisa existentes e sua influência sobre as ações individuais para internacionalização nas pesquisas em ADI.

Palavras chave

Internacionalização; Incentivos institucionais; Instituições certificadoras; Instituições de pesquisa

1. Introdução

A internacionalização da academia brasileira é estimulada há anos por ações governamentais e, também, ações das próprias instituições, públicas ou privadas, nas quais os pesquisadores estão afiliados. Também os Programas de Pós-Graduação (PPGs) da área de Administração reiteram que atividades de inserção internacional são prioritárias para o desenvolvimento nos programas (CAPES, 2017, p. 27). Este aspecto ganha crescente interesse nas discussões da comunidade científica do campo de estudos de Administração da Informação (ADI) do País e, dessa forma, torna-se importante investigar e compreender as ações para a inserção internacional das pesquisas geradas nos PPGs do Brasil, motivadas pela ação individual dos pesquisadores, apoiadas ou não pelas suas instituições de origem.

Estudos anteriores investigaram o perfil de internacionalização do campo de ADI no Brasil a partir de dados secundários disponíveis na Plataforma Lattes, Google Scholar e websites das instituições de ensino (Diniz et al. 2017a) e em dados coletados junto aos pesquisadores via *survey* (Diniz et al. 2017b). Em ambos os estudos, o foco da investigação se concentrou no comportamento individual dos pesquisadores, e com pouco espaço para discussão sobre as influências dos incentivos institucionais sobre este comportamento.

Neste artigo apresentamos um estudo com foco nos mecanismos de incentivo institucionais que influenciam os pesquisadores em suas decisões sobre como internacionalizar a sua pesquisa. Para isso foram realizadas três coletas de dados: a primeira para identificar os mecanismos de incentivo existentes em 13 PPGs classificados nos extratos superiores da CAPES; a segunda em documentos de instituições certificadoras nacionais e internacionais (CAPES e AACSB) e de apoio (CNPq, FAPESP, etc.) que influenciam as políticas de internacionalização das instituições de ensino e pesquisa; e a terceira baseada em 25 entrevistas com pesquisadores seniores, coordenadores de PPGs, e lideranças da área de ADI.

O resultado deste estudo ajuda a explicar as relações entre os mecanismos de incentivos institucionais externos e internos e suas influências nas ações individuais para internacionalização dos pesquisadores de ADI. Embora esta pesquisa tenha foco nos dados coletados para esta área específica, é possível acreditar que a mesma análise possa ser aplicada

para avaliar o perfil de internacionalização de outras áreas do conhecimento, particularmente no campo de Administração.

A seguir este artigo apresenta uma revisão de literatura sobre o papel dos mecanismos de incentivo institucionais nas ações individuais dos pesquisadores visando sua internacionalização. Em seguida, são descritos os procedimentos metodológicos e os resultados obtidos nas análises envolvidas neste estudo para entendermos os mecanismos de incentivo das instituições de ensino e pesquisa, as orientações de agências certificadoras e de fomento, e as perspectivas dos pesquisadores da área e coordenadores de programas sobre o papel dos incentivos institucionais. Após a discussão dos resultados, são apresentadas as considerações finais destacando as contribuições e limitações deste estudo.

2. Revisão de Literatura

A temática da internacionalização do ensino e pesquisa é amplamente debatida na área da Educação por diversos aspectos. Entre eles, estão a comparação do desempenho acadêmico entre países (Bentley & Kyvik, 2013; Kwiek, 2016), a mobilidade acadêmica de estudantes e professores, a publicação científica internacional para disseminação e transferência de conhecimento, a colaboração internacional em pesquisa (Knight, 2007, p. 221; Rostan, Ceravolo, & Metcalfe, 2014, p. 119), além de discussões sobre a produtividade acadêmica (Shin & Cummings, 2010).

Inspirados nas três formas primárias de determinada comunidade local de pesquisa exportar conhecimento (Heinzl, Winter & Bichler, 2015), Diniz et al. (2017a) propuseram um modelo com as dimensões Formação, Disseminação e Colaboração para avaliar o perfil de internacionalização de uma comunidade de pesquisa. Embora úteis, o entendimento da internacionalização considerando apenas estas três dimensões não relaciona as ações individuais do pesquisador com as variáveis relacionadas ao ambiente em que ele está inserido. A seguir vamos explorar a literatura que destaca estas relações entre incentivos institucionais e comportamento dos pesquisadores, considerando que um pesquisador sempre estará inserido em uma instituição de ensino e pesquisa e que esta possui mecanismos de incentivo à internacionalização que influenciam nas suas decisões.

2.1 Dimensões institucionais no incentivo à internacionalização

A primeira consideração para entendimento dos mecanismos institucionais para internacionalização é dividi-los em duas categorias: aqueles incentivos criados pelas próprias instituições de pesquisa para influenciar os seus pesquisadores e aqueles propostos por instituições de fomento ou de avaliação das instituições de pesquisa e que valorizam o aspecto internacionalização. Ao primeiro grupo denominamos “dimensão institucional interna” e ao segundo, “dimensão institucional externa”.

A dimensão Institucional Interna considera os fatores institucionais que uma instituição de pesquisa disponibiliza para orientar as ações individuais dos pesquisadores que almejam dar destaque internacional ao seu trabalho (Kwiek, 2016; Shin & Cummings, 2010). Diretrizes para disponibilização de recursos para a pesquisa, mecanismos de recompensa ou premiação aos pesquisadores, cultura departamental e condições de trabalho, alocação de tempo dedicado entre ensino e pesquisa, apoio de pessoal administrativo, normas disciplinares da instituição, formação de redes de alianças estratégicas, convites para visiting lectures e scholars, são variáveis institucionais internas identificadas na literatura que podem influenciar no comportamento dos pesquisadores com relação a internacionalização de suas pesquisas (Bentley & Kyvik, 2012, 2013; Knight, 2007; Kwiek, 2016; Rostan et al., 2014; Shin & Cummings, 2010).

Kwiek (2016, pp. 388, 393) avaliou a produtividade da pesquisa de acadêmicos europeus em 11 países utilizando variáveis individuais e institucionais, e identificou que a importância dessas variáveis altera de um país para outro. De acordo com este estudo, fatores institucionais impactam muito pouco no incremento da produtividade da pesquisa quando comparado aos fatores individuais – com exceção para o Reino Unido e Suíça. Por outro lado, Shin e Cummings (2010, p. 587) identificaram que o apoio de pessoal administrativo e a orientação-foco da instituição tiveram efeito significativo na disseminação internacional das pesquisas.

Bentley e Kyvik (2012, p. 536, 2013) compararam a distribuição do tempo dedicado dos pesquisadores de 13 países das Américas do Sul e do Norte, Europa e Ásia nas atividades de ensino/pesquisa e concluíram que tais diferenças eram influenciadas por normas disciplinares ou particularidades da instituição onde o pesquisador estava alocado. O estudo aponta que os brasileiros, diferentemente de colegas de outras nações, dedicam menor número de horas para a pesquisa, em comparação com o tempo dedicado a orientação, por exemplo, mesmo quando estão em períodos liberados das atividades de docência. Isto contrasta com países como a Finlândia, a Noruega, o Canadá e Hong Kong, onde a maior parte do tempo total dedicado ao ensino durante o período letivo é substituído por atividades de pesquisa durante o período não letivo.

De acordo com Knight (2007, p. 220) a formação de redes e alianças estratégicas pode ser vista como forma institucional para promover a internacionalização das pesquisas favorecendo vários propósitos, tais como: mobilidade acadêmica, iniciativas de pesquisa e educação colaborativas, desenvolvimento de programas e currículos conjunto para alcançar objetivos acadêmicos, científicos e culturais. A colaboração em pesquisa é também fundamental para a construção de um sistema internacional de inovação que contribua para a melhoria dos processos globais de geração e transferência de tecnologia (Ribeiro, Rapini, Silva & Albuquerque, 2018)

Em termos da dimensão Institucional Externa, no plano internacional, a Association to Advance Collegiate Schools of Business (AACSB International), é uma associação sem fins lucrativos fundada em 1916 que estimula a excelência na educação superior na área de conhecimento da Administração, congrega 750 escolas de negócios em cerca de 50 países e territórios (AACSB, 2017). A AACSB, publica periodicamente relatório que enfatiza o impacto acadêmico e prático da pesquisa, e propõe indicadores sobre o processo de acreditação de tais escolas.

No Brasil, as recomendações da área de Administração na CAPES (CAPES, 2017, pp. 27, 29) sugerem aos PPGs ações que estimulem a inserção internacional de seus pesquisadores. Dentre estas ações, se destacam o trânsito de pesquisadores (docentes e discentes) para grupos de pesquisa fora do Brasil, o recrutamento de pesquisadores estrangeiros para compor o corpo docente do PPG, além de acordos para dupla titulação com instituições internacionais. Ao final, os programas são avaliados segundo sua capacidade de atender a estes critérios.

2.2 Incentivos Institucionais e a internacionalização da pesquisa

Parece evidente o papel de acreditadores na disseminação de modelos de sobre o que se considera qualidade em pesquisa. Em particular, a ação dessas acreditadoras, tanto as nacionais como a CAPES como as internacionais como a AACSB, tendem a influenciar o desenho dos mecanismos internos de incentivo das instituições de pesquisa. Para essas instituições, o selo da AACSB, por exemplo, é tido como um instrumento de reconhecimento internacional que impacta na visibilidade no competitivo mercado de escolas de negócio (Corkem, Morehead & Morgan, 2017). Para a CAPES, a elite das instituições (as chamadas “nota 6 e 7”) é composta

apenas pelo seletivo grupo que consegue apresentar um maior nível de articulação internacional (Maccari & Nishimura, 2014).

Assim, uma instituição de pesquisa que quer buscar reconhecimento diante de sua comunidade deve necessariamente se encaixar em algum modelo de “internacionalização”. Desta forma, o que for considerado como “internacionalização” para AACSB e CAPES passa a ser incorporado às políticas internas das instituições de pesquisa para engajar seus respectivos pesquisadores neste processo (Scherer, Javalgi, Bryant & Tukul, 2005). Este engajamento indutivo se manifesta objetivamente nos mecanismos de incentivo desenhados para influenciar as ações de internacionalização dos pesquisadores.

Entretanto, nem sempre os incentivos criados com base numa certa padronização do que seja internacionalização fazem sentido para diferentes comunidades acadêmicas. Scherer et al., (2005) discutem a dificuldade para a comunidade europeia de adaptação aos critérios de publicação defendido pela AACSB, marcadamente influenciado pela valorização de periódicos dominados por pesquisadores norte-americanos.

Além disso, nem sempre a imposição de mecanismos de incentivo leva aos objetivos para os quais eles foram criados. Edwards e Roy (2017, p. 52) apontam uma lista de incentivos que podem resultar em efeitos diferentes dos pretendidos. Premiação para ampliar quantidade de publicações, por exemplo, ao invés de aprimorar a produtividade, podem gerar 'artigos incrementais' com métodos de rigor e qualidade duvidosa. Da mesma forma, recompensas associadas ao número de citações podem gerar trabalhos contendo uma lista de referências 'inflada', e recursos para produção de propostas para as agências de fomento podem gerar aumento de tempo na redação da proposta de pesquisa. Como lembram os autores, “acadêmicos são humanos e respondem prontamente aos incentivos”, e pode induzi-los a colocar foco mais nas métricas em que são avaliados do que nos objetivos finais de produzir pesquisa mais relevante.

A partir de um cenário caracterizado pelas dimensões institucionais internas e externas, este estudo se propõe a explicitar as relações entre os mecanismos de incentivo de instituições de pesquisa brasileiras que, influenciadas pelas acreditadoras (nos âmbitos nacional e internacional) que as avaliam, direcionam o comportamento individual dos pesquisadores de ADI no sentido de sua internacionalização.

3. Coleta de dados

A obtenção dos dados ocorreu em três etapas. Na primeira, coletamos dados dos mecanismos de incentivos dos programas de pós-graduação em que os pesquisadores de ADI estão inseridos, que em nosso modelo de análise compõem a dimensão institucional interna. Para o levantamento das políticas de incentivos institucionais internos, foram selecionadas inicialmente 22 instituições, seguindo os seguintes critérios: instituições que possuem pesquisadores com maior inserção internacional, instituições que mantêm pesquisadores que foram coordenadores de tema em ADI ou participantes dos comitês científicos no EnANPAD do período de 2010 a 2016 e instituições com avaliação CAPES igual ou superior a 4. Dessas instituições, 2 (duas) foram excluídas: 1 (uma) que mantinha apenas programa de mestrado profissional e 1 (uma) que declarou a linha de pesquisa em ADI como associada ao programa de Ciências da Computação. Pelos critérios de avaliação da CAPES (ano referência 2017), neste grupo inicial de 20 instituições, três estavam classificadas com nota 7, duas com nota 6, oito com nota 5 e sete com nota 4.

A investigação dos programas de incentivos internacionais junto às instituições selecionadas foi efetuada por meio de 3 processos: investigação nos sites oficiais de cada instituição, solicitação por meio de contatos com pesquisadores que atuam nas referidas instituições e contato com os coordenadores de cada instituição por e-mail com envio de

formulário pré-definido. Das 20 instituições contatadas nesta etapa, 13 retornaram respostas consideradas válidas: duas instituições com nota 7, duas com nota 6, sete com nota 5 e duas com nota 4 na CAPES.

Uma segunda etapa de coleta de dados foi realizada para obtenção dos documentos das agências de fomento à pesquisa, denominados como incentivos externos, foram selecionadas as 5 principais agências nacionais (CNPq, FAPESP, FAPEMIG, FAPERJ e FAPERGS), com o objetivo de levantar os incentivos oferecidos direcionados à internacionalização. Também nesta etapa foi efetuado um levantamento em dois dos principais órgãos de avaliação institucional (CAPES e AACSB), que definem critérios para classificação das instituições de pesquisa e influenciam as suas ações de internacionalização. Esta etapa da coleta de dados contou com informações obtidas exclusivamente por meio de acesso aos sites oficiais de cada uma das instituições. O objetivo desta coleta foi o de identificar os incentivos à internacionalização relacionados à dimensão institucional externa.

A terceira etapa da coleta de dados teve como objetivo identificar a opinião de líderes da área de ADI e coordenadores de programas com perfil internacional sobre as influências dos mecanismos de incentivo sobre os pesquisadores do campo. Para seleção dos entrevistados, foram considerados 4 grupos distintos: pesquisadores de ADI com alguma inserção internacional (aqui chamados de **internacionais**); **lideranças** da área identificadas a partir de sua participação na estrutura da Anpad; pesquisadores **seniores** da área (identificados pela sua antiguidade na participação das atividades da área junto à Anpad) e **coordenadores** de programa com algum grau de internacionalização (identificados pelos programas que tinham notas 5, 6 e 7 na CAPES).

Dos 31 pesquisadores identificados nos critérios descritos, foram realizadas 25 entrevistas entre setembro e novembro de 2017, contando com: sete pesquisadores **internacionais** responsáveis por um total de 34 publicações A1 e A2 em periódicos internacionais entre 2010 e 2017 (índice H médio = 14); oito **lideranças** da área (índice H médio = 12); seis **coordenadores** de programas (três de programas nota 7, um de programa nota 6 e dois de programas nota 5); e cinco pesquisadores **seniores** (índice H médio = 14). As entrevistas foram conduzidas pelos pesquisadores envolvidos neste estudo, sendo em 5 em pessoa e 20 por Skype, todas gravadas, e duraram, em média, 50 minutos cada. Os arquivos de áudio gerados foram transcritos integralmente, mantendo exatamente os termos utilizados pelos entrevistados durante a entrevista para a construção de categorias de análise.

4. Análise de Dados

A análise e interpretação dos dados foi dividida basicamente em duas etapas: na primeira, a verificação dos dados obtidos das análises documentais, documentos obtidos junto às instituições, acesso aos sites das instituições acadêmicas, agências fomentadoras de pesquisa e órgãos reguladores. Em uma segunda etapa, foram analisadas as informações obtidas por meio das entrevistas utilizando-se como ferramenta de suporte o *software* NVivo, garantindo maior confiabilidade no tratamento dos dados.

4.1 Descrição dos resultados obtidos da análise documental

As instituições com avaliação 7 e 6 na CAPES possuem normas e políticas de incentivo à internacionalização bem definidas e expostas em documentação de domínio interno, possivelmente relacionada às exigências da CAPES para a obtenção das avaliações mais altas entre os programas.

Das sete instituições com nota 5, três apresentaram documentação de políticas de incentivo à internacionalização como documentação de domínio interno, ou seja, não estavam disponíveis para divulgação pública. Deste grupo, apenas uma apresentou

respostas afirmativas para todos os quesitos de incentivos questionados. Das duas instituições com nota 4, apenas uma apresentou documentação de políticas de incentivo à internacionalização expostas em documentação de domínio interno.

Partindo-se da análise dos incentivos oferecidos pelas agências de fomento analisadas (FAPESP, FAPEMIG, FAPRGS, FAPERJ, e CNPq), identificou-se que os itens de apoio à internacionalização mais comuns são: financiamento a pesquisador visitante (internacional); bolsa para doutorado no exterior; estágio pós doutoral no exterior; apoio a pesquisa no exterior; financiamento de eventos internacionais; programa sanduíche; apoio para publicação; cursos de curta duração; apoio a projeto de pesquisa internacional. A CAPES apresenta as características de fomentadora e acreditadora e teve tanto seus documentos de avaliação de área quanto seus mecanismos de apoio analisados.

A AACSB, com perfil de acreditadora, efetua as avaliações e certificações de instituições de ensino internacionalmente. A definição de indicadores de impacto de pesquisa e/ou alinhamento com as expectativas consideram 7 segmentos: prática/comunidade, acadêmico, doutorado, ensino, graduação, educação executiva e alinhamento de missão. A definição dos indicadores e métricas são estipuladas pelas instituições de acordo com a sua relevância e viabilidade econômica.

Especificamente relacionado ao segmento "Doutorado", são considerados os seguintes aspectos que deverão ser monitorados (AACSB, 2012):

Incentivos para professores

- contratação / colocação de estudantes de doutorado, professores júniores, assistentes de pesquisa pós-doutoral.
- produção de pesquisa de professores júniores (professores de pós-doutorado e professores auxiliares, bem como assistentes de pesquisa de nível de doutorado e estudantes de doutorado), porque são frequentemente influenciados por um mentor / supervisor.

Incentivos para alunos

- contratação / colocação de estudantes de doutorado, professores júniores, assistentes de pesquisa pós-doutoral.
- publicações de alunos e formandos do programa de doutoramento.
- bolsas de investigação concedidas a doutorandos / graduados.
- níveis de prêmio de financiamento para estudantes de treinamento de pesquisa de grau superior.
- estudos de casos de transferência de conhecimento para a indústria e impacto na prática corporativa ou comunitária através de atividades de treinamento de pesquisa de grau superior.
- convidados para conferências, prêmios / nomeações para doutorandos / graduados.

Deste conjunto de incentivos, foram selecionados os principais incentivos de apoio à internacionalização destacados pelas acreditadoras e pelas instituições de fomento. Estas informações foram cruzadas com os incentivos existentes nos programas, organizados pela sua classificação CAPES e acreditação pela AACSB. O resultado, expresso na tabela 1, mostra uma primeira análise que relaciona a existência do incentivo na instituição de pesquisa e nas instituições fomentadoras e acreditadoras. A partir deste cruzamento pode-se verificar a potencial influência da dimensão institucional externa sobre a dimensão institucional interna.

	Incentivos adotados pelas instituições de pesquisa
--	---

Incentivos mais importantes para as instituições de fomento e acreditação	AACSB (n=1)	Nota 7 (n=2)	Nota 6 (n=2)	Nota 5 (n=7)	Nota 4 (n=2)
Pesquisador visitante	1	1	1	6	1
Estágio de pesquisador no exterior	1	1	0	3	1
Pesquisa no exterior	1	2	1	5	1
Participação em eventos internacionais	1	2	2	6	1
Programa sanduíche	1	2	1	7	1
Apoio para publicação	1	2	2	1	0
Liberação do pesquisador para pesquisa	1	2	1	7	2

Tabela 1: Cruzamento dos incentivos oferecidos pelas agências de fomento com os existentes nos programas (por nota)

Nota-se pela tabela 1 o quanto as instituições de pesquisa são influenciadas pelas instituições de fomento e acreditação ao desenhar seus mecanismos de incentivo à internacionalização. Descontando incentivos financeiros que normalmente ficam mesmo a cargo de órgãos de fomento, como apoio a doutorado no exterior e financiamento de pesquisa internacional, praticamente os mesmos mecanismos de incentivo externo são encontrados nos documentos das instituições de pesquisa como mecanismo de incentivo interno. Esse alinhamento dos incentivos internos aos incentivos externos comprova o mimetismo no desenho desses mecanismos por parte das instituições de pesquisa, que acompanham os modelos dos órgãos de fomento e, principalmente, as diretrizes dos acreditadores.

4.2 Descrição dos resultados obtidos da análise das entrevistas

Da análise das entrevistas com uso de software NVivo emergiram as principais categorias investigadas: (1) diagnóstico da internacionalização da área de ADI, (2) efetividade dos incentivos institucionais e (3) principais tendências esperadas para a internacionalização da área. Estas três categorias sintetizam as principais reflexões dos pesquisadores e coordenadores de programas, com base nas entrevistas realizadas.

4.2.1 Diagnóstico

Nesta categoria, três temas foram destacados: a **relevância da internacionalização** para a área de ADI no Brasil, o **perfil da internacionalização** e as **principais dificuldades enfrentadas no processo da internacionalização** da área de ADI

A **relevância da internacionalização** da academia nacional e, por conseguinte, da Área de ADI, tem crescido e tem sido ampliada sua importância nos últimos anos. A comprovação desta relevância é notada em diferentes congressos que destacam em seus painéis e discussões o tema da internacionalização da pesquisa acadêmica. Segundo a **Liderança 4**, “quase todo fórum da área, diferentes congressos, seja lá qual for, tem uma discussão da importância da internacionalização. E eu acredito que a internacionalização foi, até aqui, fundamental para a qualificação da nossa pesquisa”.

Para alguns entrevistados, para atingir relevância, a pesquisa nacional carece de interação internacional. Conforme **Coordenador 3**: “Eu não vejo uma dicotomia entre uma relevância local e uma relevância internacional. Eu acho assim, como academia e como ciência ou pelo menos pretensamente uma ciência, lógico com todas as peculiaridades que nós temos pode ser uma ciência social, né? Existe essa necessidade de interação mais ampla com o ambiente internacional”.

De acordo com os pesquisadores entrevistados, os aspectos mais citados sobre o **perfil da internacionalização** da comunidade de ADI, são: competências e esforços individuais, pressão institucional e internacionalização colonizada.

Para a maioria dos entrevistados, muito do que se alcançou na comunidade em termos de internacionalização se deve mais a esforços e competências individuais dos pesquisadores do que a quaisquer possíveis contextos de incentivo existentes em suas respectivas instituições. “Aqui na [minha instituição], como em toda universidade pública, eu diria, vou generalizar, né? As coisas se dão muito por iniciativa individual dos professores, e menos por iniciativas institucionais” (**Sênior 3**).

As pressões institucionais, segundo os entrevistados, são características bem representativas do perfil de internacionalização no Brasil. A pressão institucional se dá, basicamente, como reflexo das normas da CAPES para a internacionalização, principalmente por meio de publicações em periódicos relevantes. Essa pressão institucional que concentra a avaliação da produção acadêmica em rankings de publicação internacional, entretanto, causa estresse coletivo em professores e alunos. Como afirma o **Internacional 3**: “Essa é a questão básica e uma pressão muito grande, principalmente aqui no Brasil, mas nos outros países também, na Europa também, de publicar, publicar, publicar e de ficar ranqueado. Então nós temos hoje uma obsessão por rankings. Nós temos colegas nossos hoje no Brasil, no mundo inteiro, mas no Brasil também, com um estresse danado, sofrendo inclusive doenças psicossomáticas por conta da pressão da área acadêmica”.

Com relação ao perfil colonizado da internacionalização da área, as entrevistas revelaram a tendência em seguir o que está sendo feito em outros países, num processo unidirecional, ou seja, a tendência da academia brasileira é de mimetizar o que é feito no exterior, num processo pouco crítico. Alguns entrevistados entendem que valorizar o que é produzido no Brasil é essencial, e criticam o perfil de internacionalização brasileira por ser “colonizada”. Para o **Sênior 3**, “a internacionalização ou a dita internacionalização não pode ser feita como uma única via, quer dizer, daqui pra lá, isso não é internacionalização, isso aqui é, sei lá, colonizado”. Para o **Internacional 3**, “é o seguinte, a gente copia tudo que está lá fora, esquece a nossa realidade, tropicaliza o que tem aqui, entendeu? Não é uma coisa fácil também, eu quero ser muito franco”.

As **principais dificuldades** apontadas pelos pesquisadores no processo de internacionalização são financeiras, o idioma e a burocracia para obtenção de recursos. A questão financeira tem impacto direto na qualidade da pesquisa desenvolvida no país, o que afeta nossa capacidade de interagir com pares internacionais. Além da baixa disponibilidade de recursos, a complexidade de acesso a estes são impeditivos reais que podem inviabilizar ações de internacionalização: “A internacionalização custa dinheiro. Então o indivíduo, que teve condições financeiras, da família, etc., de ter esse contato internacional, de fazer um sanduíche ou de ir para congressos, obviamente ele é estimulado a estas interações”. (**Sênior 2**).

Muitas ações de internacionalização quando não subsidiadas pelas instituições de ensino ou órgãos de fomento acabam dependendo de verbas próprias dos pesquisadores, o que gera ações pontuais e sem perspectiva de continuidade de pesquisa. A obtenção de recursos para pesquisa junto às empresas seria uma opção, mas é pouca explorada no Brasil, como reforça o **Sênior 3**: “Uma empresa que fabrica de tudo e a ambição deles é fabricar qualquer coisa que o consumidor final vá utilizar, eles financiam com a universidade uma cátedra que eles estão interessados lá no comportamento do consumidor, que esse é um dos interesses deles. Então esse é um mecanismo que eu acho que ainda está carente no Brasil e podia ser explorado e está pronto, só basta de ter um pouco de coragem por parte das universidades, especialmente as públicas”.

O idioma também foi apontado como um limitador no processo de internacionalização da pesquisa brasileira. Uma das razões para a persistência desta limitação é o fato de ainda não predominar no país a utilização da língua inglesa nas instituições de ensino. A concorrência

com pesquisadores que possuem o Inglês como língua nativa apresenta-se como uma barreira, pois esses têm não apenas a vantagem do domínio do idioma como, também, de ambiente e cultura: *“ele está escrevendo no idioma dele, ele sabe. Eu não sei se eu estou sendo meio simplista nisso, mas eu tenho a impressão que a gente concorre numa desvantagem muito grande nessas publicações internacionais”*. (**Liderança 5**).

Nota-se a conscientização da necessidade de aperfeiçoamento da língua estrangeira (primordialmente o inglês) de professores e alunos. Isso possibilitaria a quebra de barreiras tanto de publicações nacionais quanto de participação em programas internacionais: *“Tem muita bolsa pra estrangeiros em outros países, mas isso requer uma qualificação e domínio de língua, que é o que a gente não tem ainda na maior parte dos nossos alunos, o domínio, a fluência no inglês pra conseguir se internacionalizar”*. (**Coordenador 4**).

As questões burocráticas permeiam os itens citados anteriormente, mas agravam as dificuldades para a internacionalização. A burocracia está relacionada com obstáculos na solicitação de apoio institucional interno ou em solicitações a agências de fomento, *“seria um incentivo ter na instituição uma infraestrutura que te ajudasse a correr atrás de recurso para projeto de pesquisa. Por que você não consegue pegar o dinheiro? Porque você perde tanto tempo na burocracia do projeto”*. (**Internacional 4**).

4.2.2 Efetividade dos Incentivos

Nesta categoria, foram extraídos dois aspectos principais a partir dos comentários dos entrevistados: **estratégias institucionais** e **políticas de incentivos**. Para os entrevistados, boa parte das instituições possuem políticas de incentivos internos para internacionalização, em geral catalisadas pela normatização da CAPES, embora também existam instituições sem estratégia clara de internacionalização. A **estratégias institucionais** mais citadas pelos entrevistados se concentram em: contratação de professores (brasileiros com perfil para internacionalização ou estrangeiros em regime de *double appointment*), oferecimento de disciplinas em inglês, cotutela de tese (ou duplo diploma) e a existência de um plano estratégico específico para internacionalização.

A contratação de professores com características internacionais é considerada interessante desde que o recém contratado já esteja integrado à comunidade de pesquisa da instituição. Para o **Coordenador 2**, *“existe algo que é uma estratégia emergente dentro da escola, que é trazer professores por double appointment e que já participam da rede de professores que estão aqui”*. Esta estratégia, porém, depende do perfil do programa e dificilmente poderia ser adotada como regra. Como afirma o **Sênior 3**: *“Os programas querem o máximo, então eles reagem a isso e acabam induzindo até a própria contratação de professores com perfis mais adequados à esta normatização. E programas com menos flexibilidade de contratação são um pouco mais lentos nesse processo, eles tentam induzir os professores que já estão no quadro”*.

Adoção de disciplinas em inglês foi citada como estratégia institucional para a internacionalização, motivando a realização de intercâmbios e, conseqüentemente, a formação de grupos de pesquisa: *“A gente começou a formar um grupo de disciplinas eletivas em inglês, muito interessante para esses intercambistas, então a gente tinha já um conjunto bacana de disciplinas ministradas em inglês, e aí a gente percebeu que a gente pode tentar fazer um track do curso em inglês”*. (**Coordenador 1**).

Para os coordenadores entrevistados, a cotutela de tese é uma estratégia de internacionalização que apresenta resultados positivos. Nas palavras do **Coordenador 1**, *“essa estratégia de criação do programa de cotutela além de favorecer a internacionalização no sentido de aumentar a atratividade do teu programa pra alunos nacionais e pra alunos estrangeiros, ela favorece o intercâmbio docente que é relevante”*.

Para os entrevistados, nem sempre é possível identificar uma estratégia institucional para a internacionalização, seja pelo fato de ser uma ação muito dependente da ação individual dos pesquisadores, seja pela instituição não ter mesmo uma estratégia clara. Se para o **Coordenador 4**, *“ações potencializadas pelos professores, seriam uma internacionalização, o que existe hoje é uma internacionalização centrada no professor, depende da iniciativa do professor”*. Para a **Liderança 6**: *“Não tem estratégia. Eu sou de uma Federal, e eu vou falar muito claramente, é uma instituição tremendamente atrasada, como boa parte, certamente a maior parte das instituições brasileiras públicas, e privadas também, e de ensino e pesquisa, enfim, extremamente atrasada, se eu publico ou não publico tanto faz quanto tanto fez”*.

Os entrevistados apontam de forma quase unânime que as **políticas de incentivos** de suas instituições são direcionadas para atender aos critérios de avaliação das acreditadoras. Para o **Sênior 2** os incentivos *“(…) geralmente vem por pressão externa, agência de fomento, principalmente a CAPES”, para a Liderança 3*, *“(…) a Capes, ela é uma das principais pressões normativas, quando passou a ser cobrado pelos órgãos, Capes principalmente em programas pós-graduação, aí todo mundo começou a pensar o que é a gente se internacionalizar?”*

Essa pressão externa sobre a definição dos mecanismos de incentivo tem o aspecto positivo de induzir uma padronização mais alinhada com o que já fazem instituições internacionais. Para o **Internacional 1**, por exemplo, com esses incentivos *“(…) a gente está sendo exposto a padrões internacionais”, e o Internacional 7 afirma que “o que tá acontecendo até no movimento da Capes, acho que vai favorecer isso. A gente tem crescido isso nos últimos anos só que esse crescimento, na minha opinião, ele é muito relacionado àquilo que a gente tava falando antes, com incentivo, com algumas formas de conseguir com que esse pesquisador consiga realmente efetivar essas pesquisas, efetivar esses contatos”*.

Por outro lado, essa padronização dos incentivos também gera aspectos negativos, como direcionar os pesquisadores para ganharem pontos. Para o **Internacional 5**, *“É forçoso. O caráter que buscar pontinhos na Capes”*. Essa busca por pontos também induz a um processo de distribuição de recursos que alguns acham condenam por distorcer o equilíbrio entre os pesquisadores. Para a Liderança 4: *“Como tem alguns colegas que pontuam muito, eles ficam com metade do recurso pra eles, que é um pouco a falta de equidade. Então o que que acontece? Você privilegia cada vez mais os que estão no topo e ajuda cada vez menos os que estão na base, isso é espiral da morte”*.

Os entrevistados apontaram os incentivos mais efetivos e mencionaram também necessidade de aprimoramento de outros. Entre os incentivos mais efetivos, foram citados: liberação de professor para dedicação à pesquisa, atração de professores visitantes, bolsa sanduíche ou pós-doc, apoio a participação em congressos internacionais, incentivos a participação em redes ou projetos de pesquisa.

A liberação dos professores para uma maior dedicação à pesquisa é considerada um importante incentivo, *“então hoje eu listo a liberação de tempo, principalmente a liberação com remuneração, como um bom incentivo, isso a minha Universidade faz, assim, sem muitos problemas”*. (**Liderança 4**).

Atrair professor visitante é visto como positivo pois favorece a formação de grupos de pesquisa e a colaboração internacional, porém pode apresentar dificuldades na sua realização pela falta de recursos disponíveis. Como afirma o **Internacional 5**, *“o meu companheiro lá dos Estados Unidos, me falou assim, me arranja uma bolsa que vou aí no Brasil como professor visitante, eu achei ótimo. Mas onde eu vou arranjar uma bolsa de professor visitante? Nem sei por onde buscar”*. Já para o **Coordenador 6**, incentivos para professor visitante funciona em termos: *“Funciona principalmente para a vinda de estrangeiros da África, não tá funcionando*

muito a vinda de estrangeiros de outros lugares. Por exemplo, eu não tô conseguindo atrair americanos ou franceses pro programa, são países geralmente mais pobres que o Brasil que vem pra cá”.

A realização de um pós-doc ou sanduíche no exterior é tido pelos entrevistados como fundamental como uma estratégia institucional para a internacionalização, principalmente, por ampliar a rede de pesquisa com pesquisadores estrangeiros, porém citam que as instituições estão com problemas de concessão de bolsas, afetando esse mecanismo e, conseqüentemente, a internacionalização das instituições: *“eu acho que os incentivos têm que existir, mas de repente podia ser uma coisa mais abrangente ...eu sei que existem premiações pesadas pro aluno em algumas instituições maiores, mas a grande maioria não tem isso e eu acho que é superimportante esse processo do próprio sanduíche, de ter a possibilidade de ser pesquisador visitante, isso aí me abriu várias portas.” (Liderança 7).*

A participação em congressos é outro incentivo fundamental para a formação de redes de pesquisa: *“na verdade, o congresso é onde você vai conhecer e conversar com essas pessoas aí da sua rede internacional, né? Então o congresso eu acho que é fundamental, isso é uma coisa que não pode deixar de acontecer”.* (Liderança 2)

A participação em redes de pesquisa foi o mecanismo citado como muito importante para a internacionalização, seja como estratégia individual ou institucional. Para a **Liderança 2**: *“Essa questão de como conseguir esses artigos A1, estamos discutindo bastante lá, né? (...) Então estamos tentando disseminar essa ideia de que é importante participar de alguma rede ou projeto de pesquisa internacional”.*

Uma questão bastante discutida é como deveriam ser aprimoradas as políticas de incentivos para a internacionalização da academia. Embora reconheçam que os incentivos são em geral mais direcionados para as dimensões formação e disseminação, como nota o **Coordenador 6** ao afirmar que *“(...) Eu acho que esses incentivos externos, eles tão mais pra formação e disseminação, né?”*, para a boa parte dos entrevistados, os incentivos para a internacionalização deveriam estar, principalmente, alicerçados na colaboração para formação de redes de pesquisa: *“Se você começar a pensar talvez naquelas bolsas diferenciadas também atrelando a questão de colaboração, devia ser um primeiro incentivo para o professor buscar projetos internacionais... Talvez o próximo passo é começar a olhar essa questão da colaboração como aspecto importante para o incentivo do professor”.* (Coordenador 3).

Há quem aponte que o problema está na pouca flexibilidade na utilização de alguns incentivos, mesmo quando eles são considerados bons: *“(...) no caso da nossa instituição, eu acho que os incentivos que a gente tem aqui são maravilhosos, estou falando sério, maravilhosos, tenho que estar dizendo isso com todas as letras, mas nós tínhamos que ter aqui um pouco mais de liberdade pra usar como a gente quisesse”.* (Internacional 3).

A premiação a artigos publicados internacionalmente foi alvo de divergência entre os entrevistados. Enquanto alguns apoiam, ainda que com ressalvas, outros consideram que este tipo de incentivo pode ser pernicioso para o ambiente acadêmico. Os que apoiam este tipo de incentivo, reconhecem nele os efeitos de contribuir para melhorar a qualidade de nossas publicações, ainda que a custo de uma sinalização incorreta para os pesquisadores. Como enfatiza o **Internacional 1**, *“(...) Prêmio por publicação internacional funciona. Mas funciona, pois as pessoas produzem mais porque tem escolas [que oferecem] e esses incentivos fazem os professores irem para lá pra terem essas publicações. Por outro lado, me parece que é o motivo errado, né”.*

Há outros que destacam que premiação por publicação não exerce influência significativa, pois o que realmente interfere é o comportamento e a vocação do pesquisador. Para o **Coordenador 6**, por exemplo, *“(...) ninguém faz A1 por causa da premiação, entende?”*

Porque a premiação não é tão alta assim, mas é uma maneira dela dizer “olha, eu tô vendo o que você fez”.

E ainda um outro grupo que a premiação por publicação foca apenas no produto final, quando seria necessário que o incentivo financeiro fosse dado ao pesquisador durante o processo de pesquisa, anterior ao resultado: *“eles premiam o resultado, o resultado corre dois, três anos depois, então tem todo um risco assumido pelo pesquisador de antemão. Então o incentivo de premiação ele é bom, mas ele não é... eu acho que ele não é bem desenhado, ele deveria ser de antemão pra redução de risco, na verdade”.* (**Liderança 1**)

Concordando com esta posição, o **Coordenador 3** enfatiza que os incentivos monetários por publicação *“(...) são sempre incentivos ex post”*, enquanto o **Internacional 4** afirma que *“Tem gente que acha que seria mais importante do que esse incentivo de publicação, por exemplo, seria um incentivo de você montar na sua instituição uma infraestrutura que te ajudasse a correr atrás dos projetos de recurso para projeto de pesquisa, teria um melhor resultado na internacionalização”.*

4.2.3 Preocupações com o futuro da internacionalização

Os entrevistados foram também questionados sobre os rumos da nossa internacionalização e algumas preocupações citadas se referem a temas já discutidos em outros tópicos como a predominância das ações individuais sobre os incentivos institucionais e a visão de que a pressão das acreditadoras vá continuar na direção de apoiar cada vez mais a publicação internacional, ainda isso possa induzir um certo comportamento colonizado em nossa comunidade.

Alguns aspectos, entretanto, despontam como pontos de atenção que foram levantados ao discutir o futuro de nossa internacionalização. Dois pontos que merecem destaque são a falta de incentivos para periódicos nacionais e a possibilidade de evasão de pesquisadores nacionais (*brain drain*).

Referente às publicações, dado que se observa um direcionamento para publicação em periódicos internacionais, alguns entrevistados destacaram que, embora essa a prática possa gerar impactos positivos na avaliação dos programas, por outro lado poderá ter como resultado a falta de incentivos para publicação nos periódicos nacionais. Como disse o **Coordenador 2**, *“eu acho que há uma tendência dos periódicos nacionais não sobreviverem. Que vai acontecer? É o seguinte, essa tendência é uma tendência que é inexorável. Eu acho que ela vai acontecer se não houver algum tipo de mecanismo de proteção dos nossos periódicos”.*

A situação financeira do país foi um aspecto também citado pelos entrevistados, pois limita o acesso a recursos já escassos em algumas universidades, gerando efeitos negativos nas metas de internacionalização. Como afirma o **Coordenador 2**: *“O futuro da área como um todo é muito triste porque, porque como a nossa área é extremamente dependente dos recursos estatais, e com a crise econômica, esse contexto vai impedir que você tenha um programa de expansão. Então, o grande problema é o seguinte, eu acho que exatamente por conta dos problemas de recursos das agências de fomento nacionais, essas agências de fomentos nacional são capazes de relaxarem as suas metas de internacionalização”.*

Uma das consequências dessa limitação financeira é a evasão de cérebros, o chamado *brain drain*, que representa um risco atual e também um ponto de atenção, como ressalta o **Sênior 2**: *“Uma coisa que me preocupa que é o ‘brain drain’. Mas ele não é específico da nossa área de pesquisa de ADI, ele tá na nossa juventude, tá nos melhores da nossa juventude que estão emigrando por falta de perspectiva. Vejo que isso vai ser também muito presente na nossa área. Muitos pesquisadores, os promissores, eles são atraídos pelo exterior”.*

Este mesmo entrevistado, entretanto, reforça que podemos tirar vantagem de termos pesquisadores brasileiros no exterior quando afirma que *“Eu gostaria de ver isso aqui cheio [de*

pesquisadores brasileiros que estão no exterior e fazem parceria com brasileiros que estão aqui]. (...) pesquisa se faz muito por proximidade física. Essa mobilidade reversa é muito importante”.

5. Discussão

Percebe-se que o processo da internacionalização é extremamente relevante para a nossa academia, porém apresenta questões que dificultam sua evolução. O perfil atual da internacionalização na academia é, muitas vezes, caracterizado pela pressão exercida pelas acreditadoras para que as instituições de pesquisa desenvolvam um certo perfil de internacionalização, que nem sempre é o perfil desejado pela comunidade de pesquisa. Fica claro aqui o papel do que chamamos neste artigo de “incentivos institucionais externos” na moldagem dos “incentivos institucionais internos”. Isso pode ser comprovado quando comparamos o desenho dos incentivos das instituições de pesquisa em comparação com o que é demandado pelas acreditadoras e órgãos de fomento, reforçando o que havia sido destacado por Scherer et al. (2005).

Esta pressão “externa” produz dois resultados evidentes no perfil da nossa internacionalização. Por um lado, coloca o tema na agenda de todos, o que é importante para darmos um salto importante para aumentar a visibilidade da pesquisa nacional. Por outro lado, isso tem levado ao que foi chamado por alguns entrevistados de “internacionalização unidirecional”, ou seja, corremos o risco de uma tendência à mimetização das pesquisas internacionais em detrimento do desenvolvimento de uma agenda de pesquisa genuinamente nacional.

Percebe-se também, pelo que foi ouvido dos entrevistados, que as competências e esforços individuais dos pesquisadores brasileiros têm sido mais relevantes para a nossa internacionalização que quaisquer incentivos institucionais, internos ou externos. Para esses entrevistados, com todas as dificuldades de acesso a recurso que temos de forma geral, corroborando Kwiek (2016), é a motivação individual dos pesquisadores que faz com que tenhamos conseguido galgar alguns degraus na direção de conquistarmos alguma visibilidade, ainda que pequena, no cenário internacional.

Mesmo com a predominância dos esforços e motivações individuais sobre os atuais mecanismos institucionais existentes, de forma geral, os entrevistados reconhecem a importância de aperfeiçoarmos nossos mecanismos de incentivo institucionais para conseguirmos impulsionar a internacionalização de nossa comunidade acadêmica. De certa forma, há o reconhecimento de que estamos num processo evolutivo lento em que a maioria dos nossos pesquisadores ainda necessitam ser educados para a necessidade de buscar visibilidade internacional. Ainda mais importante numa área com vocação internacional como a de ADI (Walsham, Robey & Sahay, 2007).

A polêmica discussão em torno da premiação por publicação evidenciou o fato dos incentivos institucionais existentes tenderem a focar mais na dimensão disseminação e menos na dimensão colaboração. Enquanto se afirmou que este é, sim, um incentivo que funciona, também foi dito que não necessariamente nos leva na direção desejada, conforme alertam Edwards e Roy (2017), além de ampliar o fosso entre as instituições com mais e as com menos recursos.

Para boa parte dos entrevistados, em acordo com o que já havia sido proposto por Knight (2007) e Ribeiro et al., (2018), o que garante um processo de internacionalização mais consistente são itens de colaboração, ou seja, no incentivo para integrar nossos pesquisadores a comunidades de pesquisa de outros países. Se a publicação em periódicos de ponta é o resultado de um processo de internacionalização, os incentivos institucionais poderiam ter o papel educativo de valorizar mais a participação em atividades que propiciassem a integração dos

pesquisadores nas comunidades internacionais. Esse fato é notado quando itens como participação em comitês de periódicos e congressos, em associações científicas e em projetos de pesquisa internacionais, contam apenas marginalmente nos incentivos institucionais existentes.

Apesar das nossas dificuldades econômicas crônicas, o que dificulta o acesso a recursos necessários para financiar a internacionalização da nossa pesquisa, alguns entrevistados reconhecem que existe a possibilidade de buscarmos recursos no exterior ou na iniciativa privada, o que não acontece com frequência. Além de nossas instituições não serem aparelhadas para auxiliar os pesquisadores, necessidade já identificada por Shin e Cummings (2010), a falta de domínio nas línguas dos países que eventualmente ofertam esses recursos dificulta a tarefa de minerar recursos externos.

Por fim, esta pesquisa identificou a preocupação com o destino de periódicos nacionais, caso os incentivos institucionais focados em “publicar internacionalmente” continuem predominando. Fica ainda mais problemático defender essa lógica de publicação se considerarmos que mesmo a maior parte dos europeus tem dificuldade de atingir os padrões de publicação dominados pelos norte-americanos (Scherer et. al., 2005).

Esse é um ponto que devemos refletir com atenção, juntamente com os riscos de *brain drain* mencionados, ainda que neste caso possamos desenhar estratégias para tirar vantagem do relacionamento com nossos compatriotas que emigram para ajudar no processo de integração internacional de nossa comunidade acadêmica.

Após a análise dos dados da pesquisa, geramos um modelo para facilitar a visualização das relações entre as três dimensões de internacionalização que haviam sido propostas em pesquisas anteriores (Diniz et al., 2017a), com as novas dimensões propostas neste estudo. Assim combinamos Formação, Disseminação e Colaboração com os incentivos externos e internos, além de outros elementos que afetam o modelo de internacionalização (Figura 1).

Este modelo foi construído paulatina e conjuntamente com os entrevistados conforme discutíamos os elementos envolvidos no processo de internacionalização. Aspectos importantes do modelo estão representados nas setas que conectam as diversas dimensões. Nota-se, por exemplo, uma seta reforçada ligando os incentivos institucionais internos à dimensão disseminação, realçando o foco excessivo dos modelos de incentivo nessa direção, enquanto temos uma seta pontilhada ligando os incentivos externos aos internos realçando o caráter menos direto desta relação. Este modelo pretende ser uma contribuição para a discussão do tema da internacionalização, mas que ainda merece ser mais aprofundado em pesquisas futuras.

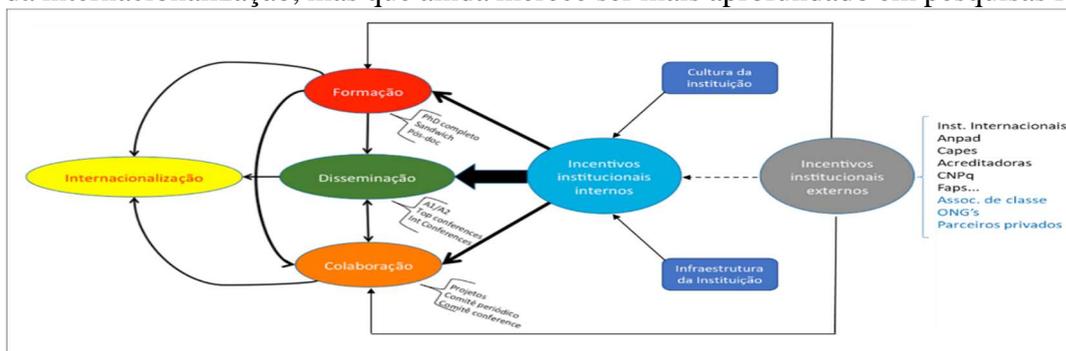


Figura 1: Modelo de análise da internacionalização

Fonte: Elaborado pelos autores

6. Considerações Finais

Este artigo propôs avaliar os efeitos dos mecanismos institucionais de incentivo sobre o processo de internacionalização das pesquisas na área de ADI. Os resultados obtidos

contribuem para entendermos com mais profundidade as bases para os mecanismos de incentivo existentes nas instituições de pesquisa, suas influências sobre os pesquisadores e suas consequências efetivas sobre o processo de internacionalização de nossa academia. Esses resultados têm uma contribuição prática para os gestores de PPGs, executores de políticas públicas e também para os pesquisadores da área, que a partir deste estudo podem se aprofundar mais na discussão sobre como atingir um nível de internacionalização que realmente coloque nossa academia em outro patamar de relevância no cenário internacional.

Além das evidentes contribuições para a prática, o artigo inicia uma discussão que permite aprofundar a discussão teórica sobre modelos de internacionalização. A figura 1 representa um início de discussão sobre esses modelos teóricos, e ajuda pesquisas futuras a propor um caminho para que conheçamos mais sobre a efetividade de políticas de incentivo na academia.

O estudo apresenta algumas limitações importantes. A mais importante é estar focada em uma sub-área específica do conhecimento no campo de Administração, a de ADI, quando o problema abordado transcende em muito ao que acontece nesta área em específico. Esta limitação se justifica por motivos práticos da realização da pesquisa. Ao focar na área de ADI o desenho da pesquisa ficou mais exequível, além de garantir alguma uniformidade no tratamento das respostas. Por outro lado, esta mesma limitação já sugere que novas pesquisas semelhantes devem ser reproduzidas por outras áreas para que possamos ao fim e ao cabo fazer um diagnóstico mais efetivo do processo da internacionalização no campo de Administração.

Outras limitações que podem ser apontadas dizem respeito às amostras utilizadas de instituições e de entrevistados. Estas também poderiam ser ampliadas em estudos futuros com vistas a consolidação de um modelo de avaliação do processo de internacionalização, que poderia, no futuro, permitir estudos quantitativos mais significativos que pudessem confirmar os efeitos das políticas de incentivos sobre o processo de internacionalização.

7. Referências

- AACSB. (2012). Impact of Research: A Guide for Business Schools. AACSB International - The Association to Advance Collegiate Schools of Business. Retrieved from <http://www.aacsb.edu/~media/AACSB/Publications/research-reports/impact-of-research-exploratory-study.ashx>
- AACSB. (2017). Accredited Universities and Schools - Global Listing. Retrieved from <http://www.aacsb.edu/accreditation/accredited-members/global-listing>
- Bentley, P. J., & Kyvik, S. (2012). Academic work from a comparative perspective: A survey of faculty working time across 13 countries. *Higher Education*, 63(4), 529–547. <https://doi.org/10.1007/s10734-011-9457-4>
- Bentley, P. J., & Kyvik, S. (2013). Individual Differences in Faculty Research Time Allocations Across 13 Countries. *Research in Higher Education*, 54(3), 329–348. <https://doi.org/10.1007/s11162-012-9273-4>
- Bichler, M., Heinzl, A., & Winter, R. (2015). Practice Impact of IS Research. *Business & Information Systems Engineering*, 57(2), 87–89. <https://doi.org/10.1007/s12599-015-0369-1>
- CAPES. (2017). Documento de Área - Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. Brasília, DF. Retrieved from http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/27_ADMI_do_carea_2016.pdf
- Corkem, S., Morehead, W. A., & Morgan, M. I. (2017). The Quest for Impact: Increasing the Value and Visibility of Business Schools' Research. *Business Education Innovation Journal*, 9(1).

- Diniz, E. H., Favaretto, J. E. R., Oliveira, H. P. G. de, & Brólio, D. R. (2017a). Formação, Disseminação e Colaboração: Internacionalização em Administração de Sistemas de Informação. *RAC - Revista de Administração Contemporânea*, 21(6), 811–831. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2017160319>
- Diniz, E. H., Favaretto, J. E. R., Oliveira, H. P. G. de, & Brólio, D. R. (2017b). Internacionalização da pesquisa em Administração de Sistemas de Informação (ADI) e apoio institucional: visão dos pesquisadores. In *XLI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD* (pp. 1–16). São Paulo, SP.
- Edwards, M. A., & Roy, S. (2017). Academic Research in the 21st Century: Maintaining Scientific Integrity in a Climate of Perverse Incentives and Hypercompetition. *Environmental Engineering Science*, 34(1), 51–61. <https://doi.org/10.1089/ees.2016.0223>
- Heinzl, A., Winter, R., & Bichler, M. (2015). Internationalization of Information Systems Research and Teaching. *Business & Information Systems Engineering*, 57(4), 225–228. doi:10.1007/s12599-015-0388-y
- Knight, J. (2007). Internationalization: Concepts, Complexities and Challenges. In *International Handbook of Higher Education* (pp. 207–227). Dordrecht: Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-1-4020-4012-2_11
- Kwiek, M. (2016). The European research elite: a cross-national study of highly productive academics in 11 countries. *Higher Education*, 71(3), 379–397. <https://doi.org/10.1007/s10734-015-9910-x>
- Maccari, E. A., & Takerissa Nishimura, A. (2014). Povoamento dos estratos conceitos 6 e 7 no sistema de avaliação da capes pela área de administração, ciências contábeis e turismo nas avaliações trienais 2010 e 2013. *REAd-Revista Eletrônica de Administração*, 20(3).
- McKiernan, P., & Glick, W. H. (2017). Why care about impact? *EFMD Global Focus*, 11(1), 18–21. Retrieved from http://globalfocusmagazine.com/wp-content/uploads/2017/01/Issue_1_2017_care_about_impact.pdf%0A
- Niederman, F., Crowston, K., Koch, H., Krmar, H., Powell, P., & Burton Swanson, E. (2015). Assessing is research impact. *Communications of the Association for Information Systems*, 36, 127–138. Retrieved from <http://aisel.aisnet.org/cais/vol36/iss1/7>
- Ribeiro, L. C., Rapini, M. S., Silva, L. A., & Albuquerque, E. M. (2018). Growth patterns of the network of international collaboration in science. *Scientometrics*, 1-21.
- Rostan, M., Ceravolo, F. A., & Metcalfe, A. S. (2014). The Internationalization of Research. In F. Huang, M. Finkelstein, & M. Rostan (Eds.), *The Internationalization of the Academy* (pp. 119–143). Dordrecht: Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-94-007-7278-6_7
- Scherer, R. F., Javalgi, R. R. G., Bryant, M., & Tukul, O. (2005). Challenges of AACSB international accreditation for business schools in the United States and Europe. *Thunderbird International Business Review*, 47(6), 651-669.
- Shin, J. C., & Cummings, W. K. (2010). Multilevel analysis of academic publishing across disciplines: Research preference, collaboration, and time on research. *Scientometrics*, 85(2), 581–594. <https://doi.org/10.1007/s11192-010-0236-2>
- Walsham, G., Robey, D., & Sahay, S. (2007). Foreword: Special Issue on Information Systems in Developing Countries. *MIS Quarterly*, 31(2), 317-326.